

---

PARTE

III

---

## **A Problemática do Parque e do Povoado do Tabuleiro em Face do Ecoturismo: políticas, planos e ações**

### **Capítulo 5:**

A Problemática do Parque e do Povoado  
do Tabuleiro em Face do Ecoturismo:  
políticas, planos e ações

**Capítulo**  
**5**

---

## **A problemática do Povoado e do Parque em face do ecoturismo: políticas, planos e ações**

Toda a problemática do Tabuleiro envolve a paisagem, tanto do ponto de vista ambiental quanto do social e está relacionada com as externalidades negativas decorrentes das atividades ecoturísticas, nos últimos 15 anos, no Povoado e na área e gestão do Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo. As belezas naturais e a paisagem bucólica, que tanto atraem os turistas e que compõem o rico patrimônio natural e cultural dessas áreas, encontram-se ameaçadas.

É sobre essa problemática que o quinto capítulo trata, estando estruturado em três partes. Na primeira, abordam-se os conflitos que a criação do Parque gerou para os moradores do Povoado, para os habitantes do Parque e para o Ibama e a Semat. Na segunda, abordam-se os impactos positivos e negativos ocorridos na área do Parque e do Povoado. E na terceira, discorre-se sobre os desdobramentos da criação do Parque e sua inserção nas Políticas, Planos e Ações desenvolvidos nas esferas federal, estadual e municipal. Realça-se o papel do ecoturismo no Parque como eixo norteador das políticas municipais, que visam a preservação e conservação da paisagem e o desenvolvimento do turismo no Município de Conceição do Mato Dentro, principalmente no Parque Municipal Ribeirão do Campo, como indutor de melhorias sociais.

### 5.1 A Criação do Parque e os Conflitos Gerados

Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, a criação de parques é incentivada e a proximidade da Cachoeira do Tabuleiro com o Parque Nacional da Serra do Cipó, em Minas Gerais, influenciaria na criação do Parque Municipal Ribeirão do Campo, em 1998, no município de Conceição do Mato Dentro (Figura 5.1).



Fig. 5.1: Vista do Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo. (2006)

Antes da criação deste Parque, a Organização não-governamental Sociedade Amigos do Tabuleiro<sup>19</sup> (SAT) promoveu reuniões com a comunidade que vive no povoado ao lado, Povoado do Tabuleiro, com o objetivo de sensibilizá-la quanto à importância do projeto de criação do Parque e da conservação do mesmo e dos possíveis benefícios que poderiam advir da atividade turística. Ao tomarem conhecimento de tal projeto, os moradores locais, influenciados por forças políticas adversas, se posicionaram contra. Eles tinham medo de serem impedidos de realizar suas atividades corriqueiras de subsistência na área do Parque, tais como: a retirada de madeira a ser usada em

---

<sup>19</sup> Organização não-governamental, que, desde 1997, vem desenvolvendo, no município, ações que visam à conservação e educação ambiental, como a criação da Semana Ecológica, a criação de algumas unidades de conservação no município. Junto a parceiros como a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Semad), o IEF e a Fundação France Libertes e envolvendo ainda 28 entidades, a SAT propôs a criação da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço em 2004, que teve o reconhecimento da Unesco em 2005.

construções e como lenha; a extração de candeia<sup>20</sup> para comercialização em outras regiões; o uso da área como via de acesso a outros lugares, como pasto para o gado na época da seca e para o garimpo de cristais de quartzo, atividades essas já incorporadas na rotina dos habitantes locais (Figura 5.2).



Fig. 5.2: **Pastagens na área do Parque.** Foto: Luiz Cláudio F. de Oliveira. (2001)

Além desse receio, a comunidade considerava o Povoado despreparado para receber turistas devido ao acesso precário e à falta de infra-estrutura básica (PRATES et al., 2001).

Entretanto, à revelia dos tabuleirenses e contando com o apoio da prefeitura de Conceição do Mato Dentro, em 1998, a Ong SAT criou a Unidade de Conservação que no decorrer destes anos vem alcançando notoriedade como destino ecoturístico. Novas lideranças locais vêm no desenvolvimento das atividades ecoturísticas e preservacionistas a redenção para a economia do município e da região.

---

<sup>20</sup> Nome popular de diversas espécies de plantas do gênero *Eremanthus sp.* utilizada pela população na produção de “mourões de cerca” ou estacas.

### 5.1.1 A Reação dos Moradores do Povoado e do Parque

Segundo os participantes do Projeto Pepalantus<sup>21</sup>, que iniciaram seus trabalhos no Município um ano após a criação do Parque, a comunidade sentia-se agredida e desrespeitada com a imposição. Ela se ressentia pela forma autoritária como foi encaminhado todo o processo, privando-a dos recursos que a área oferece, sem a apresentação de alternativas viáveis, condizentes com a cultura da população local.

Então, no início do ano 2000, surge a Associação Comunitária do Tabuleiro (Ascota) para discutir questões relativas à postura da comunidade ante o Parque, os problemas de infra-estrutura e saneamento do Povoado e formas de desenvolvimento econômico (PRATES et al., 2001). Essa atuação da Ascota auxiliou na reaproximação da comunidade com a Ong SAT e na sua sensibilização no sentido de uma aceitação maior em relação à criação da Unidade de Conservação.

Os moradores do Parque tiveram a mesma reação dos moradores do Povoado, deixando claro que não estavam dispostos a sair do lugar onde sempre viveram. Por serem em menor número e por terem uma ocupação esparsa pela Serra do Intendente, a participação em reuniões e o estabelecimento de contatos se tornavam mais difíceis (Figuras 5.3 e 5.4).



Fig. 5.3: **Casa localizada próximo ao Ribeirão do Campo.** Foto: Luiz Cláudio F. de Oliveira. (2001)

---

<sup>21</sup> Projeto desenvolvido por alunos de turismo do Unicentro Newton Paiva de Belo Horizonte.



Fig. 5.4: **Casa de João Ferreira, na divisa com o Parque.**  
Foto: Cristiano Fernandes (2005)

Esses moradores, distribuídos em seis famílias que ocupam 16 glebas, são, na sua maioria, pequenos lavradores que vivem da prática familiar da agricultura e pecuária de subsistência, dependentes diretos dos recursos naturais e possuidores de saberes relacionados com os ciclos da natureza, o tipo de solo, o comportamento climático local e com a dinâmica dos rios que compõem a rede hidrográfica do Parque. Seus conhecimentos e a posse da terra foram herdados de seus ancestrais, que nunca possuíram a escritura da propriedade. A retirada dessa população resultará em um sério problema social, pois envolve pessoas idosas que não saberiam viver em outro lugar, como é o caso de dona Cota que tem 93 anos (Figuras 5.5 e 5.6).



Fig. 5.5 e 5.6: **Dona Cota (93 anos) e sua fomalha de fazer farinha de mandioca.** Fotos: Luiz Cláudio F. de Oliveira. (2001)

Além do mais, a esses habitantes tradicionais vieram se juntar, mais recentemente (aproximadamente há uns dez anos), pessoas com perfil social diferente, conhecedoras das peculiaridades que regem a sociedade capitalista hodierna e cuja relação com a terra se desenrola de forma distinta. Desenvolvem atividades de criação de gado que é solto na área do Parque, desmatam e põem fogo, substituindo a vegetação nativa por pastos de brachiária, utilizam de adubo químico em suas plantações, formam criatórios de peixes em lagoas, com a introdução de espécies exóticas que colocam em risco de extinção as espécies nativas da região. Há, ainda, o cultivo experimental de flores, visando mercados internacionais, que tem reduzido o volume de água nas cabeceiras da Cachoeira.

Apesar de tudo isso, ao se observar o aspecto exuberante da paisagem, pode-se deduzir que o saldo ainda é positivo na balança do meio ambiente, mas urge que se tomem providências para eliminar esses impactos negativos na área do Parque.

Segundo o Secretário Municipal do Meio Ambiente e Turismo, Luiz Cláudio Ferreira de Oliveira, esses novos proprietários de terra no entorno do Parque são pessoas esclarecidas, alguns são professores em instituições de ensino superior em Belo Horizonte; entretanto, pelas atitudes no trato com os recursos naturais e com a paisagem, percebe-se que lhes falta consciência ecológica. O Secretário argumenta: "... O problema é que eles estão lá, há um tempo considerável, e isso lhes dá uma titularidade e o domínio, ainda que questionável, sobre a terra...". E conclui: "... Nós iniciamos o processo de construção do Parque e a gente precisa hoje é dos recursos para a desapropriação... enquanto a gente não desapropriar todo mundo, não vai haver preservação...". Disse ainda que, esses problemas estão sendo resolvidos através de um processo em andamento envolvendo os empresários, o Ibama e a Polícia Florestal. Pelo alcance dos danos ambientais na área do Parque, esses proprietários serão os primeiros a serem desapropriados e indenizados, se assim a justiça decidir, quando da conclusão do processo em curso, sobre os danos ambientais e a questão fundiária.

## 5.2 Impactos Positivos e Negativos Ocorridos

### 5.2.1 Na Área do Parque Municipal Ribeirão do Campo

Os efeitos da criação do Parque somados à facilidade do acesso possibilitado pelo asfaltamento da MG-10 até o pé da Serra do Cipó em 1987 vieram incrementar a procura do lazer no Parque Municipal Ribeirão do Campo, principalmente em sua cachoeira, por pessoas que praticam ecoturismo (Figuras 5.7 a 5.9).

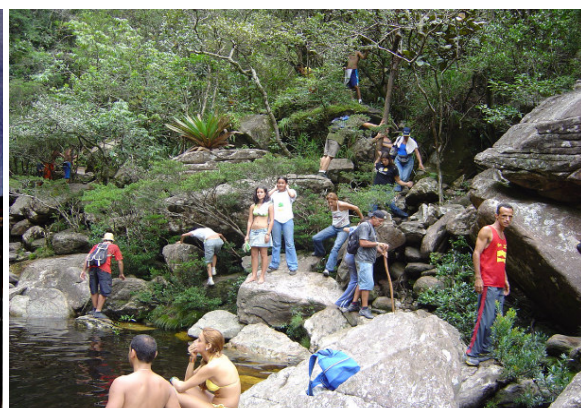


Fig. 5.7 a 5.9: **Lazer na área do Parque, pressão antrópica**. Foto acampamento: Luiz Cláudio F. de Oliveira (2000). As outras duas são fotos da autora. (2005)



Devido à abundância de corpos d'água e à atração que eles exercem nos visitantes, a pressão antrópica é muito forte sobre a paisagem. As degradações advindas das visitas desordenadas começaram a comprometer sua integridade. Soma-se a isso a inexistência de normas de uso e conduta para os usuários que muitas vezes carecem de educação ecológica, não tendo consciência da fragilidade ambiental da área.

Na maioria das vezes, os turistas que aí acampam não levam o lixo de volta para locais adequados e embalagens e garrafas plásticas são descartadas pelo caminho. Também a necessidade de se preparar alimentos e de se proteger do frio à noite os leva ao corte de árvores para se fazer fogo, que algumas vezes provoca incêndios e a conseqüente degradação da natureza. A depredação da vegetação do parque é grande. Plantas são arrancadas por turistas desavisados que levam para casa espécies que não sobrevivem em outro habitat.

Durante viagem de Belo Horizonte para Conceição do Mato Dentro a autora teve a oportunidade de ouvir o relato indignado de uma bióloga concepcionense que viu um visitante do Parque, já na Sede Municipal, abrir o porta-malas de seu carro e mostrar a um amigo sua coleta de orquídeas, bromélias e plantas rupestres como vriesias e tilândsias, coletadas na área do Parque. De posse dessa informação, a autora sugeriu ao representante do Ibama que as *blitzes* ecológicas que ocorrem, nos feriados, para conscientizar os visitantes na chegada à cidade, sejam feitas pela Polícia Florestal, quando do retorno dos mesmos.

Da mesma forma, as condições deficitárias do acesso à cachoeira, devido ao relevo ser bastante acidentado, com inclinação de 48%, favorecem a depredação vegetal, pois os visitantes, quando se desequilibram, principalmente na estação chuvosa, se agarram nas canelas-de-ema (*Vellosya sp*), nas sempre-vivas (*Paepalanthus*) e em outras espécies, para não rolar morro abaixo, e muitas vezes, a planta se solta do solo (Figuras 5.10 e 5.11).



Fig. 5.10: Visitantes caminham pela trilha de acesso à cachoeira do Tabuleiro, cuja inclinação é de 48%. (2005)



Fig. 5.11: Dificuldade do acesso à cachoeira do Tabuleiro, devido à precariedade das trilhas em um relevo bastante acidentado. (2005)

Sabe-se que várias quedas e alguns acidentes mais graves ocorrem aí e devido às dificuldades de socorro às vítimas, oferecidas pela topografia, solicitam-se sempre, à Belo Horizonte, aparelhos equipados de salvamento, como helicópteros. Já, na beira da piscina natural sob a cachoeira estão sempre a postos, nos finais de semana e feriados, dois salva-vidas, integrantes do corpo de bombeiros (Figura 5.12), mas os usuários do Parque acham que deveria ter mais salva-vidas na área.



Fig. 5.12: **Salva-vidas na área da cachoeira do Tabuleiro.** (2005)

Por outro lado, algumas áreas são utilizadas também como fonte de madeira para construções em geral, como lenha para se cozinhar, para se fazer carvão e, embora disfarçadamente, têm sido utilizadas até recentemente para a chamada agricultura de coivara, embora o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e o Conselho Municipal de Defesa Ambiental (Codema) fiscalizem.

Os maiores inimigos da integridade da cobertura vegetal são as queimadas, prática exercida pelos criadores de gado do entorno, que utilizam do Parque e mantêm a prática da queimada todo ano, para fazer brotar o capim e isso é bem visível na serra

em frente à cachoeira, onde a terra está se tornando cada vez mais árida com a perda da vegetação (Figura 5.13).



Fig. 5.13: Queimada na região do Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo, a qual torna o solo susceptível à desertificação. Foto: Miguel Andrade (s/d).

Alguns proprietários das terras que circundam o Parque utilizam uma prática sorrateira na qual eles vão retirando a vegetação fina por baixo das matas numa forma de enganar a polícia florestal (IEF) e acabam enganando. Eles não cortam o mato de uma vez e vão deixando algumas árvores de pé e cortando outras e vão queimando as árvores derrubadas e vão plantando brachiaria o que leva à substituição das matas pelas pastagens. (Informação do Prof. Altamiro Souza. Conceição do Mato Dentro, 10.04.2006)

Como o Parque e o Povoado estão em uma área de proteção ambiental (APA), as matas e nascentes deveriam ser preservadas; entretanto, a população ainda está muito presa aos processos de desmatamento e queimadas no preparo da terra para o cultivo. Essas práticas retiram o extrato vegetal, o húmus da terra, expondo o subsolo, tornando o solo desprotegido para receber a chuva,

ocasionando o aumento da erosão e do assoreamento dos rios. O uso repetido dessa prática vai possibilitar a desertificação dessas áreas com mudanças certas na paisagem.

Há ainda os focos erosivos gerados pelas poucas vias de acesso para veículos, abertas sem nenhum planejamento que, conjugados com o tipo de solo arenoso e o relevo acidentado, contribuem para o escoamento de contingentes de partículas para os terrenos de cotas mais baixas, resultando no assoreamento dos leitos dos rios (Figuras 5.14 e 5.15).



Fig. 5.14 e 5.15: Erosão e assoreamento de rio, na ponte e na beira da estrada que liga o Povoado ao Parque do Tabuleiro. (2005)

A gestão deficiente do entorno do parque, a fiscalização e vigilância insuficientes e deficientes, a ausência de um plano de manejo, aliados à precariedade de sua infra-estrutura (falta de sinalização, de trilhas seguras, de guias instruídos) constituem sério problema na preservação dos ecossistemas ameaçados.

Espera-se que, com a efetivação da infra-estrutura do Parque, cuja sede foi inaugurada em maio de 2005, sejam implementados meios de monitoramento e controle que evitem a poluição das nascentes e córregos e comece a controlar os processos erosivos devidos ao pisoteio e às aberturas de trilhas, por pessoas, que se utilizando de animais, motos e veículos *off road*, exploram as belezas dessa paisagem (Figuras 5.16 a 5.19).



Fig. 5.16 a 5.19: **Pisoteio e abertura de trilhas por motos, veículos off road e animais.** Foto 5.16: Amauri Elias (2003), e 5.17, 5.18 e 5.19: Samuel Taets. (2003)

Além do mais, proprietários recentes (já mencionados antes) não oriundos da região, os quais se estabeleceram no entorno do parque, têm gerado problemas ambientais e fundiários, dificultando o processo de desapropriação, indispensável à regularização fundiária das terras do perímetro do Parque, para que se elabore o necessário plano de manejo, segundo o Secretário do Meio Ambiente e Turismo. Alguns desses proprietários assumem postura autoritária colocando cadeados em porteiras, interditando caminhos já consagrados pela população empregando até o uso de armas para intimidar os que insistem em transitar por lá, conforme depoimento de Marcelo Viegas, ex-chefe do Setor de Meio Ambiente na Secretaria Municipal, no período de 2004/2005 (Figura 5.20).



Fig. 5.20: Estrada interdita no Campo Redondo, nas imediações do Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo ou Parque do Tabuleiro, questão fundiária. Foto: Luiz Cláudio F. de Oliveira. (2001)

Ainda segundo Marcelo Viegas, ex-funcionário da Secretaria do Meio Ambiente e Turismo (Semat), um problema complicado é o recuo de mais de um quilômetro nas nascentes do Ribeirão do Campo (Figura 5.21), as quais se localizam fora dos limites do Parque, o que dificulta a resolução do problema pela prefeitura de Conceição do Mato Dentro, uma vez que envolve questão fundiária.



Fig. 5.21: Ribeirão do Campo, região próxima à nascente. Foto: Luiz Cláudio de Oliveira. (2001)

Esse recuo se deve ao plantio experimental de palmas (*Gladíolos hortulanos*) e tulipas (*Tulipa hybrida*), visando à exportação para o mercado europeu e canadense.

Tempos atrás, pesquisadores da UFMG cogitaram a possibilidade de a cachoeira se tornar sazonal, caso providências não fossem tomadas. Pessoas que a visitam freqüentemente dizem que suas águas eram mais abundantes, comparando-se períodos de cheia.

Mesmo com todos esses problemas, a criação do Parque resultou, também, em impactos positivos como a ampliação das possibilidades de geração de renda para a população local e das opções de lazer, além de chamar a atenção dos Poderes Públicos para as atrações naturais, possibilitando o incremento de políticas públicas e ações que, além de gerarem recursos para a proteção das áreas naturais, gradativamente, caminham na direção da preservação e conservação da natureza, em especial das paisagens do Parque. Acredita-se que com a implantação da sede do Parque, o Centro de Educação Ambiental previsto no projeto seja ativado (Figura 5.22).



Fig. 5.22: Inauguração da Sede do Parque. Fonte: Felipe Xavier. (2005)



Também notam-se melhorias (ainda que, bem aquém das necessárias, tanto no quesito quantidade quanto na qualidade) na infra-estrutura e no saneamento básico do Povoado. O aparecimento de pousadas, Posto de Saúde (ainda que precário), instalação da ETE, expansão da rede elétrica, melhorias que, embora precárias, refletem positivamente no padrão de vida da comunidade local. Alguns tabuleirenses têm tido a oportunidade de participar de cursos de treinamento e ganho de conhecimentos novos, mas esses eventos acontecem sempre na Sede Municipal e nem todos têm a possibilidade de se deslocar até lá. São cursos para condutores de turistas, para a brigada de Incêndios, para garçons e camareiras, e também na área de informática, de panificação, etc. A criação do Parque representa alto potencial para a geração de renda e empregos, pois sua demanda vem crescendo a cada dia, o que tem possibilitado a expansão dos setores da construção civil, do comércio e dos serviços no Povoado, porém isso ocorre de uma forma fragmentada, individual e reduzida para os tabuleirenses, pois estes não estão preparados para tal (Figura 5.23).



**Fig. 5.23: A expansão do setor de construção no Povoado.** (2006)

### 5.2.2 Impactos na área do Povoado de Tabuleiro

A partir da criação do Parque, o Povoado de Tabuleiro, de difícil acesso e carente de infra-estrutura básica e que desde o final da década de 80 já vinha sentindo o reflexo do aumento da demanda por ecoturismo no Brasil, sem estar preparado para tal, tem visto o fluxo de turistas aumentar de forma significativa, ano a ano, gerando impactos positivos e negativos, alterando a tranquilidade local.

O Povoado era, até então, um local pacato identificado por uma série de práticas não turísticas, tais como o cultivo de subsistência, o fornecimento de serviços e mão-de-obra para a sede do município, nos setores de marcenaria, construção civil, serviços domésticos, etc. Hoje, se insere dentro da territorialidade turística, pela associação do lugar a novos significados, decorrentes da prática do ecoturismo, incorporando-lhe novas rotinas, antes ignoradas, e que hoje estão, ainda, pouco integradas à vida cotidiana (Figura 5.24).



Fig. 5.24: **Vista do Povoado do Tabuleiro.** (2006)

Embora essa mudança no cenário do Tabuleiro tenha trazido melhorias econômicas para uma parte da população local que se encontra satisfeita com o movimento turístico, existe uma outra parte que por vários motivos se encontra insatisfeita. É que a demanda turística tem alterado a tranquilidade local.

Turistas têm adquirido terrenos, construído pousadas, bares, restaurantes, sorveteria, etc., ocupando espaços e desempenhando papéis que caberia à população de origem. Esta é empurrada para locais mais distantes do centro do Povoado ou para a sede do município para onde tem migrado parte da população local, após se desfazer dos poucos bens que lhe garantiam o sustento familiar e que agora estão passando a ser propriedade dos usuários sazonais. Esses visitantes, oriundos não só das cidades circunvizinhas, como também dos grandes centros urbanos, estabelecem, aí, sua segunda residência, cuja finalidade é o lazer no período das férias (Figuras 5.25 e 5.26).



Fig. 5.25 e 5.26: Exemplos de segunda residência de lazer no Povoado do Tabuleiro. (2006)

Em Conceição do Mato Dentro, o espraiamento dos bairros da periferia é uma realidade, principalmente da Vila Caetano, bairro de crescimento acelerado, cuja população é predominantemente oriunda do Tabuleiro (Figura 5.27).



Fig. 5.27: Vila Caetano, cuja população é oriunda do Tabuleiro. (2005)

Moradores locais, que se sentem perturbados com a presença dos turistas, procuram fazer suas compras e resolver seus problemas no Povoado, antecipando-se aos finais de semana ou datas quando aumenta o fluxo de turistas. Eles se sentem incomodados com o lixo (Figura 5.28), a poluição visual e sonora, com os modos diferentes dos visitantes, que vêm quebrar o ritmo tranqüilo da paisagem a que estão acostumados no seu cotidiano simples.



Fig. 5.28: Lixo pelas ruas e acúmulo de carros e motos no Povoado. (2005)

Observa-se também na população, principalmente entre os mais idosos, certa insatisfação devida à presença de forasteiros que se instalaram no local. Um exemplo é o Rupestre (Figura 5.29), bar cujo dono é oriundo de Belo Horizonte. Lá, não se vê um nativo, nem como serviçal. O serviço de atendimento no bar é feito pelo dono e seu filho, um baiano e um paraguaio; a comida é preparada pela esposa do proprietário.



Fig. 5.29: Bar Rupestre, o mais freqüentado no Povoado de Tabuleiro. (2005)

Para ilustrar, citamos D. Maria Augusta de Lima (70 anos) que criou sete filhos “no cabo da enxada”, mas, mesmo assim, só vê desvantagens com o ecoturismo. Ela admite: “... antes, a vida era mais difícil, mas a gente vivia tranqüilo...”. Ela sente que perdeu o sossego, porque não sabe quem vem ao Povoado, e acrescenta que a criação do Parque atrapalhou muito porque na época da seca não se tem onde soltar o gado, pois quando os pastos perto de casa ficavam secos, a opção era o campo e hoje não têm para aonde ir. Ela faz outra observação:

...agora, as construções estão melhores. Antigamente, o povo cortava a madeira para fazer sua casa, hoje tem que comprar a madeira na cidade porque se pedir licença ao IEF, tem que pagar. Até a lenha seca para queimar é proibido pegar... é uma lei que os pobres não conforma... antes tinha menos progresso mas nós vivia mais feliz... sossego é tudo na vida... o negócio é evitar muito contato para evitar confusão.